



SETOR DE JURISPRUDÊNCIA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES **ANO DE 2009**

1. Introdução

O Setor de Jurisprudência da Procuradoria de Justiça Criminal do Ministério Público do Estado de São Paulo passou a contar, a partir de janeiro de 2009, com a participação do Doutor José Roberto Sígolo, Procurador de Justiça integrante do seu quadro, que veio se juntar ao Doutor Antonio Ozório Leme de Barros, Promotor de Justiça, no desempenho das tarefas ligadas ao ***BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA***.

Ao longo de 2009, foram produzidos vinte e quatro (24) números desse boletim, observada a periodicidade quinzenal, que não sofreu nenhum atraso durante todo o ano.

O processo de seleção de material, preparação e distribuição desse periódico observou os mesmos critérios adotados em 2008, dando-se prioridade à divulgação de acórdãos (em ementas ou na íntegra) que viessem ao encontro das posições institucionais adotadas em matéria penal ou processual penal; além de acórdãos, foram publicados, sempre que possível, textos de lei e artigos de doutrina produzidos por membros do Ministério Público do Estado de São Paulo

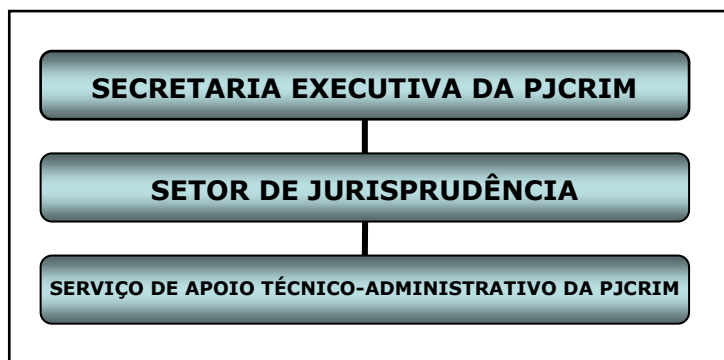


MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria de Justiça Criminal
Setor de Jurisprudência

2. Estrutura, organização e modelo operacional

Em 2009, deu-se a manutenção da estrutura do Setor de Jurisprudência, indicada no Gráfico 1, desenhado abaixo:

Gráfico 1



O Setor de Jurisprudência contou, para o bom andamento das suas atividades, com o valioso apoio das funcionárias listadas abaixo em ordem alfabética no Gráfico 2, lotadas na Procuradoria de Justiça Criminal:

Gráfico 2

NOME	CARGO
LIVIA CARLINI SCHMIDT	OFICIALA DE PROMOTORIA
MÁRCIA SIMONI	OFICIALA DE PROMOTORIA
MARIA ELIZABETH DUARTE MONTEIRO	OFICIALA DE PROMOTORIA
SHIRLENE NOGUEIRA CASSOLA	OFICIALA DE PROMOTORIA



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria de Justiça Criminal
Setor de Jurisprudência

Foi mantido o modelo operacional consistente na pesquisa semanal, por meio de palavras-chave, de acórdãos do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) publicados nas respectivas páginas eletrônicas da rede mundial de computadores, atinentes a matéria relativa, exclusivamente, a Direito Penal e Direito Processual Penal, separados em sete blocos, indicados no Gráfico 3:

Gráfico 3

1. STF - TRIBUNAL PLENO
2. STF - PRIMEIRA TURMA
3. STF - SEGUNDA TURMA
4. STJ - CORTE ESPECIAL
5. STJ - TERCEIRA SEÇÃO
6. STJ - QUINTA TURMA
7. STJ - SEXTA TURMA

Uma vez concluída essa varredura eletrônica, e separados todos os acórdãos em arquivos referentes a cada bloco, passa-se à etapa de seleção do material, tendo-se como critério, para esse



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria de Justiça Criminal
Setor de Jurisprudência

procedimento, o interesse que o julgado possa ter sob o ponto de vista das teses adotadas pela Instituição.

Encerrada a seleção, segue-se a montagem do **BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA**, que exhibe um cabeçalho padronizado, dentro dos padrões institucionais, com indicação do número e do período de publicação a que se refere; são usadas cores e marcadores diversos para auxiliar os usuários no manejo da ferramenta.

A etapa final consiste no arquivamento do periódico em pasta própria na Biblioteca Eletrônica da Procuradoria de Justiça Criminal, com a subsequente colocação de laço de acesso a esse documento na sua página eletrônica, disponível a todos os usuários da rede mundial de computadores; é feita, ainda, a sua remessa, por meio do correio eletrônico, a todos os integrantes da Procuradoria de Justiça Criminal e a outros membros da Instituição que tenham registrado, junto a esse órgão, os respectivos endereços virtuais.

3. Estudo estatístico

Como já se disse alhures, tivemos, durante o ano de 2009, vinte e quatro edições eletrônicas quinzenais do **BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA**.

Nelas, publicaram-se (incluídos os **DESTAQUES**) mil e trinta e dois (1.032) acórdãos do STF, STJ e TJESP, cinco (5) artigos e nove (9) textos de leis, de acordo com a distribuição constante do Gráfico 4:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria de Justiça Criminal
Setor de Jurisprudência

Gráfico 4

	ARTIGOS	DESTAQUES	LEGISLAÇÃO	STF PLENO	STF 1º T	STF 2º T	STJ C ESP	STJ 3º SEC	STJ 5º T	STJ 6º T
BJ 017	01					03			02	01
BJ 018	01				02			06	28	06
BJ 019	01	01			02	08		05	54	22
BJ 020		02					02	04	28	11
BJ 021	01				03	05		02	40	04
BJ 022		01			08	01		11	39	12
BJ 023		01		03	05	09	02	15	40	06
BJ 024		01	01		04	03		03	22	04
BJ 025				01	18	07		02	17	03
BJ 026		02			02	04		12	27	12
BJ 027				01	09	04		12	27	07
BJ 028				01	15	04	02	01	24	12
BJ 029					03	08		01	10	07
BJ 030					03			01	35	10
BJ 031			03					03	08	02
BJ 032			01		06	04		11	16	04
BJ 033				01	06	03		07	08	05
BJ 034				02	01	01		01	16	08
BJ 035	01		02			05		10	23	12
BJ 036					03	03			16	11
BJ 037				01	04	03		01	12	04
BJ 038					03	04		02	09	04
BJ 039			01		07	02		04	17	05
BJ 040			01		02	07			07	03

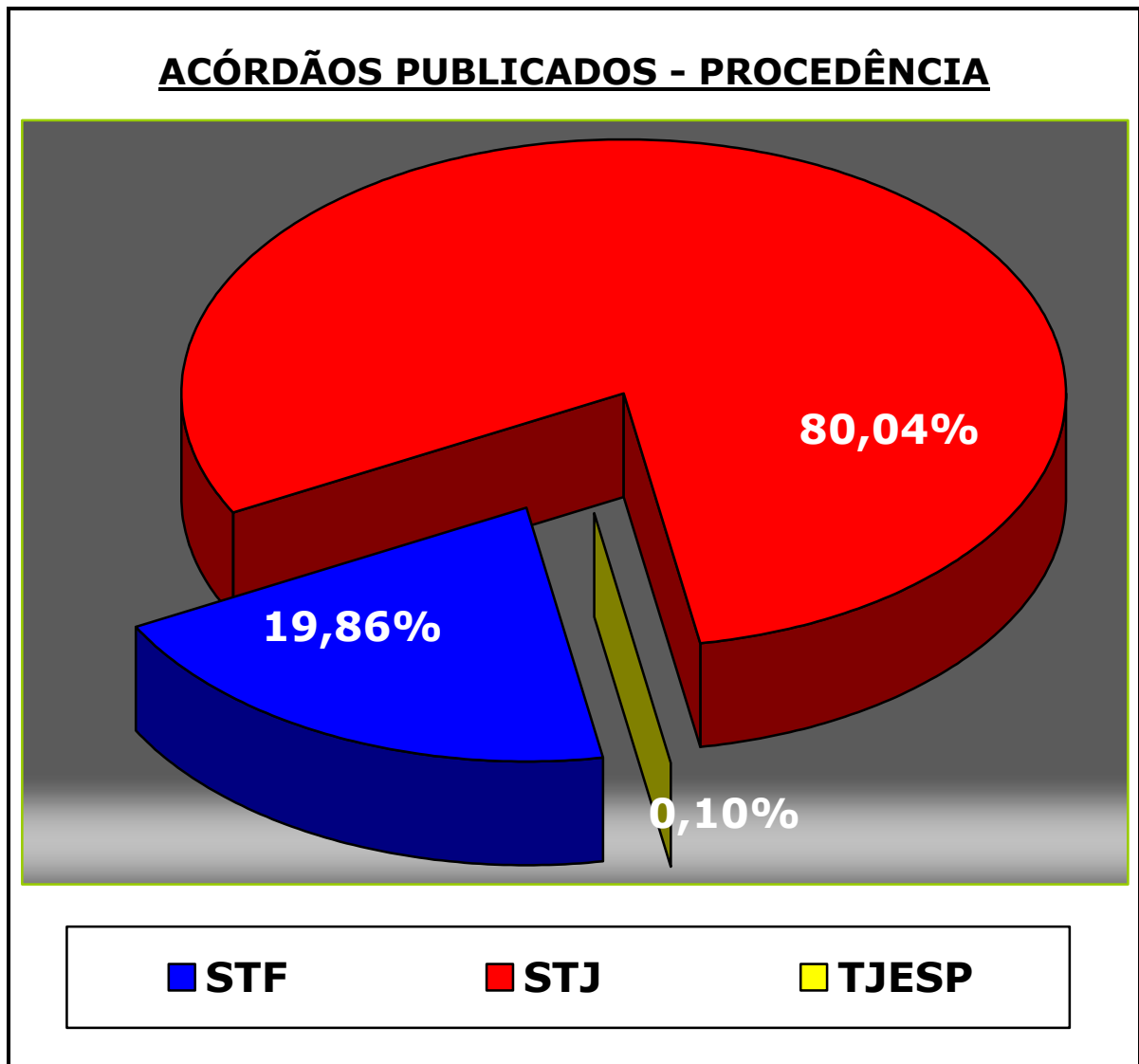
TOTAL DE ACÓRDÃOS PUBLICADOS: 1032
TOTAL DE ARTIGOS PUBLICADOS: 0005
TOTAL DE LEIS PUBLICADAS: 0009

Dos acórdãos publicados (aqui incluídos os da seção **DESTAQUES**), um (1) foi do TJESP (0,10% do total), oitocentos e vinte e seis (826) do STJ (80,04% do total) e duzentos e cinco (205) do STF (19,86% do total), distribuição representada pelo Gráfico 5:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria de Justiça Criminal
Setor de Jurisprudência

Gráfico 5

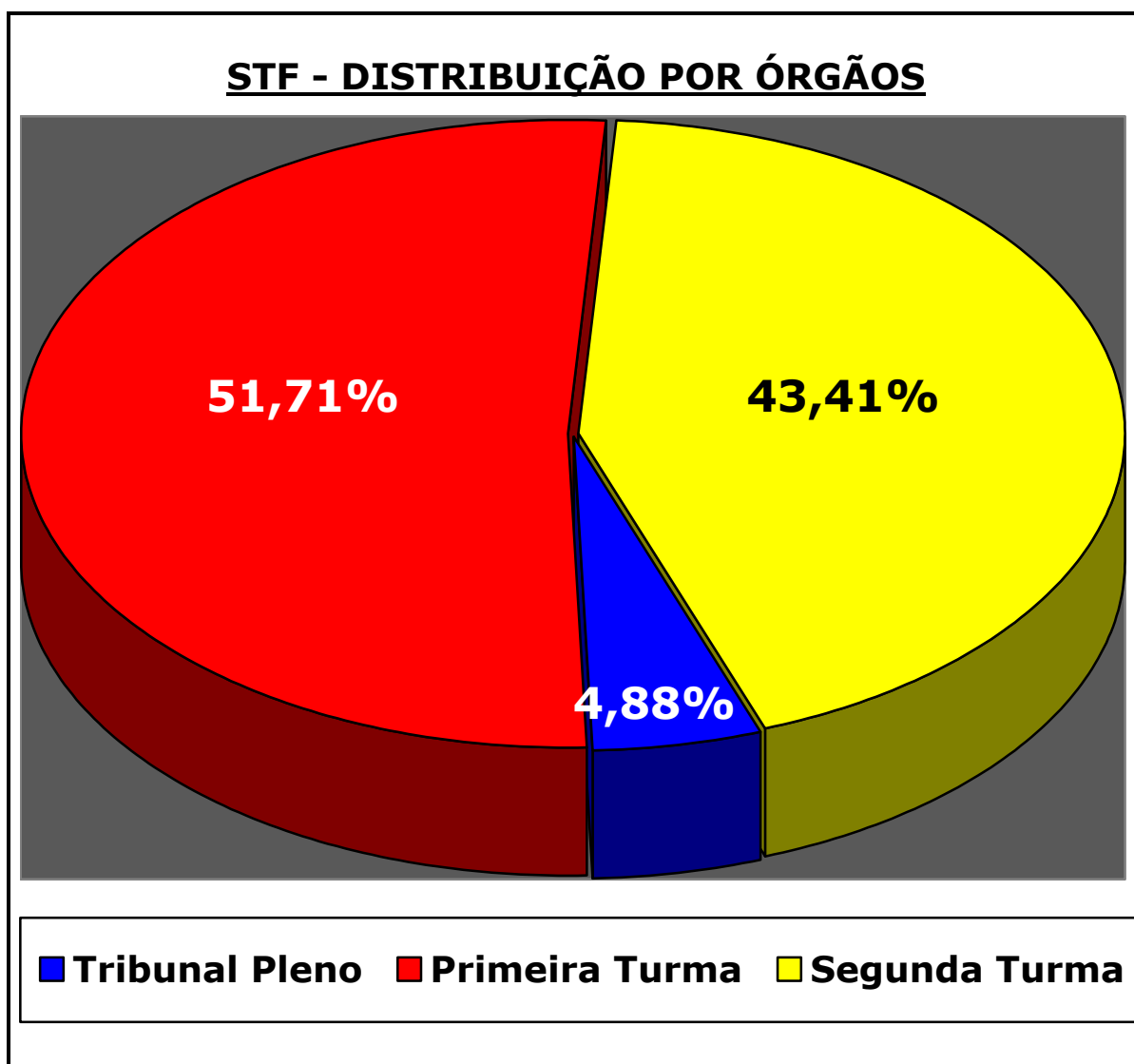


Do STF, publicaram-se — com a inclusão de um que figura na íntegra na seção **DESTAQUES** — duzentos e cinco (205) acórdãos, sendo dez (10) do Tribunal Pleno, cento e seis (106) da Primeira Turma e oitenta e nove (89) da Segunda Turma, em distribuição havida conforme indica o Gráfico 6:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria de Justiça Criminal
Setor de Jurisprudência

Gráfico 6



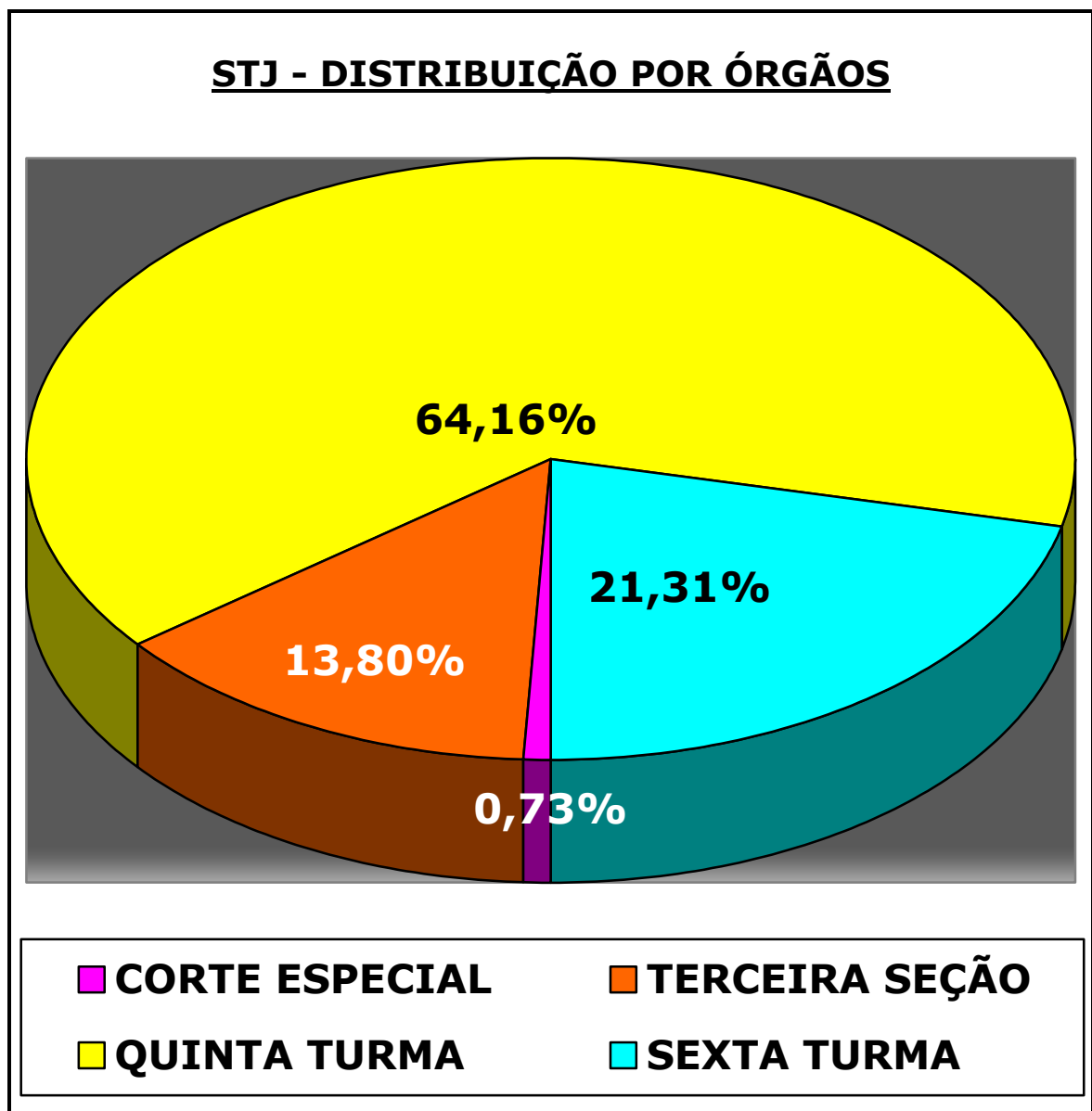
A maior parte dos acórdãos publicados em 2009 — também incluídos, aqui, os que integraram a seção **DESTAQUES** — no **BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA** proveio do STJ, sendo seis (6) da Corte



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria de Justiça Criminal
Setor de Jurisprudência

Especial, cento e catorze (114) da Terceira Seção, quinhentos e trinta (530) da Quinta Turma e cento e setenta e seis (176) da Sexta Turma, perfazendo um total de oitocentos e vinte e seis (826) julgados, com a distribuição demonstrada pelo Gráfico 7:

Gráfico 7





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria de Justiça Criminal
Setor de Jurisprudência

4. Conclusão

No encerramento deste relatório de atividades, cabe-nos agradecer, de início, aos Doutores Júlio Cesar de Toledo Piza e Fernando José Marques, Procuradores de Justiça que se acham no desempenho das funções relativas à Secretaria Executiva e à Vice-Secretaria Executiva da Procuradoria de Justiça Criminal, pelo apoio dado à execução desse projeto, de modo a disponibilizar os recursos materiais e humanos necessários à produção do **BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA**.

Haverá de se agradecer, também, às Senhoras Livia Carlini Schmidt, Márcia Simoni, Maria Elizabeth Duarte Monteiro e Shirlene Nogueira Cassola, Oficiais de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, pela valorosa dedicação demonstrada, durante o ano de 2009, à atividade encetada pelo Setor de Jurisprudência, especialmente ao trabalho de coleta de material nas páginas eletrônicas dos tribunais superiores, instaladas na rede mundial de computadores.

Esperamos que, ao longo de 2010, seja possível a manutenção da periodicidade quinzenal do boletim, com a publicação de vinte e quatro (24) novas edições, com a mesma sistematização adotada em 2008 e 2009, a envolver, portanto, a publicação de textos legais, de estudos com caráter doutrinário acerca de temas de Direito Penal e Direito Processual Penal, de acórdãos na íntegra (em **DESTAQUES**) e de ementas de acórdãos dos tribunais superiores.

Por fim, serão realizados esforços para maior difusão e alcance do **BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA** da Procuradoria



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradoria de Justiça Criminal
Setor de Jurisprudência

de Justiça Criminal, buscando estender-se a sua entrega, mediante o emprego do correio eletrônico, a um número maior de membros do Ministério Público do Estado de São Paulo.

São Paulo, 04 de janeiro de 2010.

JOSÉ ROBERTO SÍGOLO
Procurador de Justiça

ANTONIO OZÓRIO LEME DE BARROS
Promotor de Justiça